

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2022

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Quotistas e Administradores da
LBR - Lácteos Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **LBR - Lácteos Brasil S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **LBR - Lácteos Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Chamamos a atenção ao fato que a Companhia e suas controladas têm apresentado prejuízos em suas operações e apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 477.339 mil (sendo R\$ 636.325 mil no consolidado). Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia teve seu pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.105/05, aprovado em Assembleia Geral de Credores e, posteriormente, homologado judicialmente em 9 de outubro de 2013. Em continuidade ao processo de Recuperação Judicial e conforme previsto no Plano, em 22 de abril de 2014, a Companhia, com a concordância da Administração Judicial, obteve autorização do Juízo para iniciar procedimento de alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPI’s). Embora o período de supervisão judicial tenha sido encerrado por sentença publicada em 18 de agosto de 2017 e a Companhia obteve a certidão de trânsito em julgado do encerramento da Recuperação Judicial em 23 de maio de 2020. As situações acima descritas indicam a existência de incerteza significativa sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza cível, trabalhista e tributária, em discussão em várias esferas processuais, sendo que o montante de R\$ 1.160.184 mil está provisionado por ser considerado como provável perda, conforme avaliação realizada pela administração a partir da opinião de seus assessores jurídicos.

A definição e mensuração dos montantes provisionados e divulgados depende do julgamento crítico da Administração em relação à probabilidade de perda destacada nas discussões em andamento, como resultado das interpretações da legislação vigente, das decisões judiciais e da evolução da jurisprudência. Adicionalmente, considerando a relevância dos valores envolvidos e complexidade do ambiente legal e tributário, quaisquer mudanças nas premissas adotadas na determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Por esses fatores, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências tributárias como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Atualização do nosso entendimento do ambiente de controles internos relacionados ao ciclo de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes;
- Avaliação das premissas e critérios utilizados pela Companhia, incluindo as atualizações, para reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências tributárias nas demonstrações contábeis;
- Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos responsáveis pelos processos tributários, com objetivo de confirmar: (i) a existência de processos e seu estágio atual; (ii) a respectiva avaliação de perda envolvida e as fundamentações jurídicas aplicáveis; (iii) entendimento das alterações de prognósticos de perda para determinados processos tributários relevantes;
- Envolvimento dos nossos especialistas tributários para avaliar a natureza, fundamentações e/ou teses de defesa, que envolvam julgamento complexo e subjetividade nas avaliações, bem como obtenção de opinião legal, por meio da administração, de especialistas tributários externos para determinados novos processos tributários relevantes e avaliados como perda possível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia na Nota Explicativa nº 18.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para contingências com um todo, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº 19, por estarem consistentes com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, chamamos à atenção para o fato de que a Companhia e suas controladas fazem parte de um grupo econômico e mantêm operações partes relacionadas. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração do Grupo e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 02 de maio de 2022 continha uma opinião com ressalva similar ao descrito na sessão intitulada “Base para opinião com ressalva” e a sessão intitulada “Ênfase”.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais-R\$)

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	11	10	352	2.733
Contas a receber, líquido	8	1.194	4.308	1.211	4.325
Outros créditos	9	270	889	285	1.229
Total do Ativo Circulante		1.475	5.207	1.848	8.287
Ativo Não Circulante					
Depósitos judiciais	18	11.926	8.020	21.317	17.294
Partes relacionadas a receber	11	101	259	179	179
Tributos a recuperar	10	8.440	8.440	8.440	8.440
Imobilizado	12	318	798	3.835	4.519
Total do Ativo Não Circulante		20.785	17.517	33.771	30.432
Total do Ativo		22.260	22.724	35.619	38.719

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais-R\$)

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante					
Fornecedores	13	22.904	23.186	117.857	117.804
Fornecedores - Pedido de Recuperação Judicial-PRJ	13	136	136	136	136
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	297.355	294.268	351.115	340.345
Valores caucionados a pagar	15	130.362	115.940	139.816	125.395
Obrigações tributárias	16	28.044	24.759	29.119	25.683
Obrigações sociais e trabalhistas	-	13	105	94	189
Outras obrigações	13	-	4	36	37
Total do Passivo Circulante		478.814	458.398	638.173	609.589
Passivo Não Circulante					
Fornecedores - Pedido de Recuperação Judicial-PRJ	13	23.459	23.459	23.459	23.459
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	130.270	115.728	141.951	125.977
Partes relacionadas	12	31.148	27.397	1.372	-
Provisão para perdas com investimentos	17	799.115	896.398	-	-
Provisão para contingências	18	490.979	362.979	1.160.184	1.138.455
Obrigações tributárias	16	17.527	19.619	19.532	22.493
Outras obrigações	13	8.440	8.440	8.440	8.440
Total do Passivo Não Circulante		1.500.938	1.454.020	1.354.938	1.318.824
Total do Passivo Circulante e Não Circulante		1.979.752	1.912.418	1.993.111	1.928.413
Passivo a Descoberto					
Acionistas controladores:					
Capital social	19a	651.975	651.975	651.975	651.975
Reserva de capital	19b	398.515	398.515	398.515	398.515
Prejuízos acumulados		(3.007.982)	(2.940.184)	(3.007.982)	(2.940.184)
Total do Passivo a Descoberto dos Acionistas Controladores		(1.957.492)	(1.889.694)	(1.957.492)	(1.889.694)
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	-	-
Total do Passivo a Descoberto		(1.957.492)	(1.889.694)	(1.957.492)	(1.889.694)
Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		22.260	22.724	35.619	38.719

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Demonstração dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais-R\$, exceto o Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Operações Continuadas					
Receita Operacional Bruta		-	-	-	60
Devoluções e abatimentos de vendas		-	-	-	-
Impostos e contribuições		-	-	-	(2)
Receita Líquida	20	-	-	-	58
Custo dos produtos e serviços vendidos	21	-	-	-	(54)
Lucro (Prejuízo) Bruto		-	-	-	4
(Despesas) Receitas Operacionais					
Despesas de administração	21	(9.415)	(18.134)	(12.392)	(20.845)
Provisão para contingência	22	(128.000)	10.231	(21.719)	50.824
(Provisão para) reversão de provisão para perdas sobre ativos	22	3.524	9.299	6.968	34.675
Outras receitas (despesas), líquidas	23	(1.407)	11.609	(1.855)	12.363
Total das (Despesas) Receitas Operacionais		(135.298)	13.005	(28.998)	77.017
Financeiro e do Resultado da Equivalência Patrimonial		(135.298)	13.005	(28.998)	77.021
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	24	410	829	410	829
Despesas financeiras	24	(30.193)	(21.915)	(39.210)	(26.443)
Resultado financeiro, líquido		(29.783)	(21.086)	(38.800)	(25.614)
(Perda) Ganho de Equivalência Patrimonial	17b	97.283	59.488	-	-
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício		(67.798)	51.407	(67.798)	51.407
Atribuível aos:					
Acionistas da Controladora		(67.798)	51.407	(67.798)	51.407
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	-	-
(Prejuízo) Lucro Básico por Ação		(0,0438)	0,0332		
(Prejuízo) Lucro Diluído por Ação		(0,0438)	0,0332		

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais-R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(67.798)	51.407	(67.798)	51.407
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Total dos Resultados Abrangentes	<u>(67.798)</u>	<u>51.407</u>	<u>(67.798)</u>	<u>51.407</u>
Atribuível aos:				
Acionistas da Controladora			(67.798)	51.407
Participação dos Acionistas Não Controladores			-	-

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.**Demonstração das Mutações do Passivo Líquido (Passivo a Descoberto)****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais-R\$)

	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Passivo a Descoberto	Participação dos Acionistas Não Controladores	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)
Saldos em 31/12/2020	651.975	398.515	(2.991.591)	(1.941.101)	-	(1.941.101)
Lucro líquido do exercício	-	-	51.407	51.407	-	51.407
Saldos em 31/12/2021	651.975	398.515	(2.940.184)	(1.889.694)	-	(1.889.694)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(67.798)	(67.798)	-	(67.798)
Saldos em 31/12/2022	651.975	398.515	(3.007.982)	(1.957.492)	-	(1.957.492)

As Notas Explicativas São parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais-R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Das Atividades Operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(67.798)	51.407	(67.798)	51.407
Ajustes ao Resultado para Fins de Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Depreciação e amortização	127	346	321	541
Encargos (recuperação de encargos) financeiros sobre emprést	17.629	(9.504)	26.744	(5.591)
Receitas financeiras	(410)	(829)	(410)	(829)
Perda (ganho) de equivalência patrimonial	(97.283)	(59.488)	-	-
Provisão para (reversão da) provisão para contingência	128.000	(10.231)	21.719	(50.824)
Perda por (reversão do) impairment	(2.425)	(8.267)	(5.869)	(33.361)
Outras baixas líquidas de imobilizado e provisões outras	337	(4.238)	460	(4.520)
Total dos Ajustes ao Resultado	45.975	(92.211)	42.965	(94.584)
Total do Prejuízo Ajustado	(21.823)	(40.804)	(24.833)	(43.177)
Variação nos Ativos e nos Passivos				
Contas a receber de clientes	3.524	(3.479)	3.524	(3.479)
Tributos a recuperar	2.190	12.611	5.521	38.900
Outros ativos e despesas a apropriar	(3.036)	2.549	(2.650)	9.045
Partes relacionadas ativas e passivas, líquido	3.909	27.260	1.372	-
Fornecedores	(282)	(5.546)	(122)	(6.149)
Obrigações fiscais e trabalhistas	1.101	(5.946)	380	(6.479)
Outras obrigações	14.418	13.357	14.371	12.252
Total da Variação nos Ativos e Passivos	21.824	40.806	22.396	44.090
Total do Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	1	2	(2.437)	913
Das Atividades de Investimento				
Alienação de imobilizado	-	-	-	-
Total do Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento	-	-	-	-
Das Atividades de Financiamento				
Amortização empréstimos	-	-	-	-
Atualização monetária e juros sobre empréstimos	-	-	-	-
Total do Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	-	-	-	-
Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	1	2	(2.381)	913
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
No início do exercício	10	8	2.733	1.820
No fim do exercício	11	10	352	2.733
Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	1	2	(2.381)	913

As Notas Explicativas São Parte Integrante das Demonstrações Financeiras.

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A LBR-Lácteos Brasil S.A. ("LBR" ou "Companhia" e suas controladas), com sua sede na Rua Claudio Soares, 72-Conjunto 313 - 3º andar, Pinheiros, São Paulo – SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de julho de 1970, tendo como objeto social, primariamente, relacionados a industrialização e comércio de leite e seus derivados.

A Companhia é controladora integral da Laticínios Bom Gosto S.A. ("Bom Gosto"), que possui sede na cidade de Porto Alegre - RS e tem como objeto social principal, a fabricação de produtos lácteos e seus derivados, sendo que esta controla as investidas mencionadas a seguir, cujas atividades são similares às suas:

- 100% da Líder Alimentos do Brasil S.A. ("Líder"), com sede em SP-SP;
- 87,74% da Santa Rita Com. Ind. e Repres. Ltda. com sede em BH-MG e 12,26% indiretamente via Líder e a sua subsidiária SAGA;
- 99,98% da Indústria de Laticínios BG Erechim, com sede em Porto Alegre-RS e 0,02% indiretamente via Líder;
- 100% da Menpar S.A., com sede na cidade de Florianópolis-SC;
- 100% da CBL-Companhia Brasileira de Lácteos, 0,01% da Saga Agroindustrial Ltda., ambas com sedes nas cidades de Florianópolis-SC e Campo Grande - MS; e 99,99% indiretamente via Líder; e
- 99,97% da Cedrolat Ind. de Laticínios Ltda., com sede em São José do Cedro - SC e 0,03% indiretamente via Líder).

1.1 Breve histórico do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e suas Controladas

A Companhia e suas controladas ajuizaram ação de Recuperação Judicial em 15/02/2013, tendo sido deferido em 22/02/2013. Em 09/10/2013 foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores o plano de recuperação judicial, para equacionamento das suas dívidas, tendo sido homologado judicialmente.

Em 22/04/2014, a Companhia obteve autorização do Juízo da Recuperação Judicial, para iniciar procedimento de alienação de UPI's (Unidades Produtivas Isoladas) e aprovado pelos credores em 21/08/2014, as propostas para venda, cujo ativos e marcas totalizaram R\$534,3 milhões.

Com estes recursos a Companhia foi autorizada a fazer pagamento de credores concursais e o pagamento das obrigações financeiras aprovadas no Plano de Recuperação Judicial, sempre com supervisão do administrador judicial e pelo juízo da Recuperação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de maio de 2020 a Companhia obteve a certidão de trânsito em julgado do encerramento da Recuperação Judicial

1.2. Plano de negócios da Companhia

A Companhia não possui mais atividades industriais, e na medida do possível, vem mantendo os compromissos assumidos no plano de Recuperação Judicial, e vem sistematicamente adequando a sua estrutura de custos ao mínimo necessário à sua operação remanescente.

(i) Monetização de créditos de tributos

Uma parcela significativa dos recursos para operação da Companhia vem do programa de monetização de créditos de PIS e COFINS.

Em 31/12/2022 a Companhia possuía um saldo de créditos contábeis de PIS e COFINS no valor nominal de R\$77.847 mil na controladora (R\$338.613 mil no consolidado), conforme demonstrado na Nota 10. A Companhia tem obtido êxito parcial na homologação dos créditos acumulados das contribuições do PIS e da COFINS, ante a impossibilidade de sua utilização em suas operações passadas.

Desde que a Companhia iniciou o programa de monetização destes créditos, R\$531 milhões já foram solicitados, sendo já deferidos R\$462 milhões, utilizados em grande parte em compensações de débitos junto a RFB e parte em créditos monetários recebidos, para cumprir as suas obrigações junto a credores, despesas operacionais e parcelamentos tributários em curso. Em 2022 a Companhia obteve créditos monetários em torno de R\$ 5.5 milhões.

Em 2022 a Companhia vem trabalhando para obter o recebimento de PER's e de glosas impostas pelo processo de fiscalização, que somam cerca de R\$240 milhões, cuja expectativa é monetizar uma parcela destes, tanto dos créditos de PIS/COFINS oriundos de créditos acumulados nas operações bem como de PIS/COFINS presumidos (Lei 13.137/2015 que beneficiou produtores de leite UHT), obtendo neste exercício cerca de R\$ 4 milhões glosas passadas.

Conforme detalhado na mesma (Nota 10), a Companhia possui créditos contabilizados de ICMS no valor de R\$63.574 mil na controladora (R\$132.451 mil no consolidado) originados nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A Companhia pretende viabilizar estes créditos visando unicamente utilizá-los como compensação de débitos de ICMS nestes estados.

(ii) Negociação com Credores fora do Plano

Para os credores fora da Recuperação Judicial (extra concursais), a administração da Companhia tem se empenhado para estruturar negociações com os credores, visando obter acordos para honrar seus compromissos, dentro da sua limitada capacidade financeira.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Ativos Remanescentes

Os imóveis remanescentes listados no anexo 8 do Plano de Recuperação Judicial, são utilizados para garantir as ações judiciais contra a Companhia, sendo que na medida do possível, a Administração procura alugar, arrendar ou ceder em comodato estes imóveis, que são representados basicamente por antigos postos de captação e algumas instalações de processamento de laticínios, visando sua manutenção e ocupação regular.

Neste contexto a administração entende que a Companhia terá condições de se manter uma operação mínima de administração de seus ativos e passivos nos próximos exercícios.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da sua continuidade.

2. Sumário das Práticas Contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" dos ativos na data de transição para os CPC's, e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas compreendem, as demonstrações financeiras individuais da LBR ("Controladora") e as consolidadas são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de abril de 2023.

2.2. Consolidação das Demonstrações Financeiras

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

Controladas: Compreendem todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação majoritária do direito a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle se encerra.

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhias que compõem o consolidado, são as seguintes:

Companhia	Forma	Participação	
		31/12/2022	31/12/2021
Laticínios Bom Gosto S.A. ("Bom Gosto")	Direta	100%	100%
Santa Rita Comércio, Indústria e Representações Ltda. ("Santa Rita") (i)	Indireta	100%	100%
Indústria de Laticínios BG Erechim Ltda. ("BG Erechim") (i)	Indireta	100%	100%
Líder Alimentos do Brasil S.A. ("Líder") (i)	Indireta	100%	100%
Saga Agroindustrial Ltda. ("Saga") (i)	Indireta	100%	100%
Menpar Administração e Participações Ltda. ("Menpar") (i)	Indireta	100%	100%
CBL - Companhia Brasileira de Látceos ("CBL") (i)	Indireta	100%	100%
Cedrolat Indústria de Laticínios Ltda. ("Cedrolat") (i)	Indireta	100%	100%

(i) Investimentos da LBR detidos indiretamente através da Laticínios Bom Gosto S.A.

A Companhia adota as práticas contábeis aplicáveis no Brasil estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas devidas alterações (Leis nos 11.638/2007 e 11.941/2009).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro (International Financial Reporting Standards-IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board-IASB e pelos pronunciamentos contábeis denominados de CPC (que formam as conhecidas práticas contábeis adotadas no Brasil), sendo esses CPCs integralmente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

- Moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras: elas estão apresentadas reais, que é a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"); e
- Saldos e transações: Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa consolidada, as transações em moeda estrangeira, são registradas utilizando taxas de câmbio da data da transação. No final de cada período de relatório, os itens em moeda estrangeira são convertidos à taxa cambial de fechamento.

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis. Requer, ainda, que a administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. Estimativas contábeis e premissas econômicas e financeiras são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, com vencimentos menores ou iguais a três meses são demonstradas no balanço patrimonial como "Ativos financeiros", no ativo circulante, e contas garantidas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Passivos financeiros", no passivo circulante.

3.2. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Instrumentos financeiros- Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Veja a seguir as práticas contábeis específicas:

(i) Práticas Contábeis:

O CPC 48-Instrumentos Financeiros determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado; a saber:

Ativos financeiros-Custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros-Valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros-Mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para o Contas a Receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Ativos financeiros-Mensuração subsequente: Custo amortizado: Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago; e

Valor Justo por Meio do Resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

Redução ao Valor Recuperável: A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim.

Passivos Financeiros-Reconhecimento Inicial: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar).

Passivos Financeiros-Mensuração Subsequente: Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva; e

Passivos Financeiros-Valor justo por Meio do Resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

3.3. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

O Grupo LBR aplica o CPC 40 “Instrumentos Financeiras: Evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo.

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as estimativas de valor justo da Companhia estão incluídas no Nível 2, pois são negociados em mercados ativos e são determinadas mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

3.4. Fatores de Risco Financeiro

A atividade operacional da Companhia a deixa exposta a basicamente quatro riscos financeiros: a) risco de mercado b) risco da taxa de juros c) risco de crédito e d) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia e sua Diretoria identificando e avaliando eventuais riscos financeiros, buscando alternativas para suprir o seu caixa:

a) Risco da Taxa de Juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de Crédito

A concentração de risco de crédito associada ao Contas a Receber não é relevante em função da pulverização da carteira de clientes e do monitoramento contínuo dos eventuais recebíveis. Os créditos considerados pela Companhia como de liquidação duvidosa estão apropriadamente cobertos por provisão suficiente para fazer frente a eventuais perdas nas suas realizações (Nota 8). Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente da inadimplência dessas contrapartes em montante superior ao valor já provisionado.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez mínima da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades mínimas operacionais, mantendo uma reserva ou linha de crédito suficiente em instituições de fomento, de forma a preservação de suas obrigações.

3.5. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, sendo classificadas no ativo circulante se o prazo de recebimento é menor ou igual a um ano, caso contrário no ativo não circulante.

3.6. Estoques

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a atividade remanescente é de prestação de serviços não há estoques a serem considerados neste exercício.

3.7. Imobilizado

O Imobilizado é avaliado ao custo de aquisição e/ou instalação, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "*impairment*", quando aplicável.

Terrenos não estão sujeitos à depreciação. Cada um dos componentes do ativo que tiver um custo significativo em relação ao total do ativo é depreciado separadamente. A depreciação é reconhecida com base na vida útil de cada ativo pelo método linear, de modo que o custo menos o valor residual após a sua vida útil, seja totalmente depreciado. A vida útil estimada, valores residuais e métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer alterações são contabilizados prospectivamente. A vida útil dos itens do imobilizado estão demonstrados na (Nota 12). Os ativos adquiridos através de arrendamento financeiro são depreciados durante a vida útil do ativo.

A companhia reavalia anualmente o valor contábil dos ativos remanescentes para verificação de possível perda no valor recuperável quando as circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que a nossa opinião sobre o valor recuperável deste.

Um item do imobilizado é baixado após alienação, ou arrematação judicial. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando ativos reavaliados são vendidos, o valor incluído na reserva de reavaliação é transferido para a conta "Lucros (prejuízos) acumulados".

3.8. *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Os ativos não financeiros, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório, mas a Companhia não apresentou nenhum ajuste neste quesito.

3.9. Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário como passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustados ao seu valor presente, quando aplicável.

3.10. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures conversíveis) são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o valor inicialmente reconhecido. Os empréstimos, financiamentos e debêntures conversíveis são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de não realizar a liquidação do passivo por no mínimo 12 meses após a data de balanço.

3.11. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo melhor valor na data de fechamento do balanço, dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, sem considerar eventuais descontos que possam ser concedidos em uma negociação ou descontos promovidos por programas de renegociação de dívidas com o governo, além dos riscos específicos da obrigação.

3.12. Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social s/ lucro (CSLL) corrente e diferido

Essas despesas compreendem os impostos correntes e diferidos. Esses impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo do IRPJ e da CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O IRPJ e a CSLL correntes são apresentados líquidos por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

3.13. Capital Social

O valor das ações ordinárias está classificado no patrimônio líquido, sendo que não houve alteração nos exercícios apresentados.

3.14. Distribuição de Dividendos

Se houvesse, a distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia seria reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório seria destacado da Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido como "Dividendos adicionais propostos", até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

3.15 Reconhecimento da Receita

Receita das Operações Continuadas: A receita das operações recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviç os   apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas do grupo LBR.

A empresa não registrou Receitas de Operações Continuadas no último exercício.

Receitas Financeiras: As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros efetiva.

3.16. Novas normas, altera es e interpreta es

Durante o exercício de 2022 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Pronunciamento

Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado

Alteração ao IAS 37/CPC25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Alteração / Aprimoramento

A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato   oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionado a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CP 29 - Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Empresa, não havendo efeitos em suas demonstrações contábeis quanto à sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	Alteração	Vigência
IAS 1 Presentation of Financial Statements/ IFRS - Practice Statements	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 1 Presentation of Financial Statements/ IFRS - Practice Statements	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.	a partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 8 - Accounting Policies, Changes In Accounting Estimates And Errors	Esclarecimentos à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IFRS 17 - Insurance Contracts	Esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 12 - Tributos Sobre o Lucro	Requer que as entidades reconheçam os impostos diferidos sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.	a partir de 1º de janeiro de 2023

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 4 - Insurance Contracts	Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras	a partir de 1º de janeiro de 2023
IFRS 16 - Leases	Responsabilidade em um retroarrendamento.	a partir de 1º de janeiro de 2023

A Administração da Empresa está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados.

4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, sendo consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia faz estimativas com relação ao futuro com base em premissas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A administração entende que as estimativas e premissas que podem apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) *Impairment* de Ativos Não Financeiros: Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na (Nota 3.6). Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14). Para essa avaliação de *impairment* a Companhia utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado, que é reconhecida como o que mais apropriadamente traduz o valor econômico de um empreendimento.

b) Provisões: A Companhia constituiu provisões para contingências (Tributárias, Trabalhistas e Cíveis) com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

5. Julgamentos Críticos na Aplicação das Políticas Contábeis da Companhia

Continuidade Operacional: Conforme descrito na (Nota 1.2), a administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas existências e conforme nota, além da monetização dos tributos federais e estaduais, equacionamento dos seus débitos e tributos e adesão à programas de refinanciamento.

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros - Mensuração

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mensurados ao custo de amortização:				
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	11	10	352	2.733
Contas a receber de Clientes	1.194	4.308	1.211	4.325
Outros créditos	270	889	285	1.229
Partes Relacionadas	101	259	-	179
	1.576	5.466	1.848	8.466
Passivos financeiros:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	427.625	409.996	493.066	466.322
Fornecedores	46.499	46.781	141.452	141.399
Valores caucionados a pagar	130.362	115.940	139.816	125.395
Partes Relacionadas	31.148	27.397	-	-
Outras Obrigações	8.440	8.444	8.476	8.477
	644.074	608.558	782.810	741.593

7. Caixa e equivalentes de caixa

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	4	3	246	2.627
Bancos contas vinculadas	7	7	106	106
Total Caixa e Equivalente de Caixa	11	10	352	2.733

8. Contas a receber, líquido

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes e por investimentos alienados	1.194	5.000	1.211	5.017
Perda estimada sobre as contas acima	-	(692)	-	(692)
Total Líquido	1.194	4.308	1.211	4.325

(*) Investimentos alienados referem-se aos recebimentos futuros decorrentes das arrematações judiciais dos imóveis de Uruaçu e Anicuns.

9. Outros créditos

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a fornecedores	761	2.197	776	2.716
Despesas antecipadas	-	283	-	104
Total bruto	761	2.480	776	2.820
Menos provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores (*)	(491)	(1.591)	(491)	(1.591)
Total Líquido	270	889	285	1.229

(*) Foi adotado pela administração da Companhia o prazo prescricional de 5 anos para baixa definitiva das perdas com adiantamentos de fornecedores.

10. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar estão representados pelos créditos fiscais de COFINS, PIS, IPI, ICMS, gerados nas compras de matérias-primas, materiais de embalagem, materiais secundários e outros itens, cujos os débitos ocorridos e processados não foram suficientes à época, para consumir a sua totalidade, permanecendo, os saldos acumulados remanescentes, utilizados quando possível para compensação de débitos inscritos ou monetização.

A provisão para perda estimada de ativos (*impairment*) destes créditos é constituída quando não houve sua recuperação no exercício atual e no subsequente, até a data de emissão das demonstrações financeiras, através dos mecanismos de monetização conforme explicado na Nota 1.2 (i)

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
COFINS a compensar	48.324	50.513	255.307	260.239
PIS a compensar	29.523	29.523	83.306	83.895
IPI a recuperar	788	788	1.873	1.873
ICMS a compensar	63.574	63.574	132.451	132.451
IR/CSLL	6.272	6.271	12.264	12.264
Outros	10.432	10.432	30.539	30.539
Total de Tributos a Recuperar, Bruto	158.912	161.101	515.740	521.260
Provisão para Perdas	(150.471)	(152.661)	(507.300)	(512.821)
Total de Tributos a Recuperar, Líquido	8.440	8.440	8.440	8.440

11. Partes relacionadas (saldos e transações - contas correntes)

As transações entre partes relacionadas decorrem das transações entre a Companhia e suas controladas e ou seus controladores. Decorrentes da política de caixa único da Companhia, as transações realizadas entre elas não são afetadas por repasses de custos financeiros ou de custos administrativos. Os saldos em 31/12/2022 e 31/12/2021 estão demonstrados a seguir:

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	BNDESPAR (*)	Bom Gosto	BG Erechim	Santa Rita	Saga	Lider	CBL	Menpar	Controladora	
									31/12/2022	31/12/2021
									Total	Total
Ativo Não Circulante										
Conta corrente		-	-	-	-	-	-	101	101	259
Passivo Não Circulante										
Conta corrente	(1.372)	(11.588)	(617)	(12.811)	(21)	(4.372)	(367)	-	(31.148)	(27.397)

(*) Saldo de Confissão de dívida, aprovada em AGE em 26/10/2022 visando o ressarcimento de bloqueios judiciais ocorridos nas contas correntes da investidora.

12. Imobilizado - Composição e movimentação

Rubrica	Controladora			
	Terrenos	Edificações	Instalações	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	639	2.039	-	2.678
Reversão Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)		2.038	1	2.039
Imóvel recebido em transfêrencia	2.716	2.120	-	4.836
Reversão baixa indevida	23	3	-	26
Depreciação	-	(346)	(1)	(347)
Baixa imobilizado	(2.979)	(5.059)	-	(8.038)
Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)	-	(398)	-	(398)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	399	399	-	798
Saldos em 01 de janeiro de 2022	399	399	-	798
Reversão Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)		398	-	398
Depreciação	-	(127)	-	(127)
Baixa imobilizado	(245)	(342)	-	(587)
Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)	-	(164)	-	(164)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	154	164	-	318
Rubrica	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Instalações	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	5.993	4.282	-	10.275
Reversão Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)	-	4.282	3	4.285
Reversão baixa indevida	23	3	-	26
Depreciação	-	(540)	(1)	(541)
Baixa imobilizado	(2.979)	(5.059)	-	(8.038)
Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)	-	(1.486)	(2)	(1.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.037	1.482	-	4.519
Saldos em 01 de janeiro de 2022	3.037	1.482	-	4.519
Reversão Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)	-	1.486	2	1.488
Depreciação	-	(324)	(1)	(325)
Baixa imobilizado	(337)	(373)	-	(710)
Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)	-	(1.135)	(1)	(1.136)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.700	1.136	-	3.835

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores e outras obrigações

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores				
Fornecedores nacionais	22.904	23.186	117.857	117.804
Fornecedores PRJ	23.595	23.595	23.595	23.595
	<u>46.499</u>	<u>46.781</u>	<u>141.452</u>	<u>141.399</u>
Outras obrigações circulantes				
Provisão para royalties	8.440	8.440	8.440	8.440
Outros	-	4	36	37
	<u>8.440</u>	<u>8.444</u>	<u>8.476</u>	<u>8.477</u>
	<u>54.939</u>	<u>55.225</u>	<u>149.928</u>	<u>149.876</u>
Passivo Circulante (PC)	23.040	23.326	118.029	117.977
Passivo Não-Circulante (PNC)	31.899	31.899	31.899	31.899
	<u>54.939</u>	<u>55.225</u>	<u>149.928</u>	<u>149.876</u>

Os fornecedores são classificados em concursais (incluídos na recuperação judicial) e extra concursais – pós pedido de recuperação judicial. A Companhia, na medida do possível, vem cumprindo o plano aprovado na recuperação judicial em suas diversas classes de credores. Os não concursais são sujeitos a negociações específicas caso a caso.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Concursal				
Credores classe III - Quirografários Financeiros	1.617	1.439	14.605	12.995
Credores classe III - Debêntures (II)	142.121	127.757	142.121	127.757
	<u>143.738</u>	<u>129.196</u>	<u>156.725</u>	<u>140.752</u>
Extra Concursal:				
Empréstimos e financiamentos	283.887	280.800	336.340	325.570
	<u>283.887</u>	<u>280.800</u>	<u>336.340</u>	<u>325.570</u>
Total Concursal e Extra Concursal	<u>427.625</u>	<u>409.996</u>	<u>493.066</u>	<u>466.322</u>
Passivo Circulante (PC)	297.355	294.268	351.115	340.345
Passivo Não-Circulante (PNC)	130.270	115.728	141.951	125.977
Total do PC e PNC	<u>427.625</u>	<u>409.996</u>	<u>493.066</u>	<u>466.322</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos passivos financeiros atualizados monetariamente é mensurado pelo método do custo amortizado.

a) Detalhamento da dívida - concursal constante do Plano de Recuperação Judicial

Controladora			Movimentação do exercício corrente		
Modalidade	Formas de pagamento conforme PRJ	Desconto na Dívida conforme PRJ	31/12/2021	Atual. Mon.	31/12/2022
Debenture	100% do CDI pagáveis semestralmente.	Desconto de 80%	127.757	14.363	142.121
Capital de giro	100% do CDI pagáveis semestralmente.	Desconto de 80%	1.439	178	1.617
			<u>129.196</u>	<u>14.542</u>	<u>143.738</u>
Consolidado					
Debenture	100% do CDI pagáveis semestralmente.	Desconto de 80%	127.757	14.363	142.121
Capital de giro	100% do CDI pagáveis semestralmente.	Desconto de 80%	12.995	1.610	14.605
			<u>140.752</u>	<u>15.974</u>	<u>156.725</u>

b) Detalhamento da dívida - Fora do Plano de Recuperação judicial

O saldo da dívida evolui conforme índices estabelecidos em contrato e a Companhia analisa acordos de recompra quando há possibilidade de obter um desconto significativo, exceto quando há discussão judicial onde há possibilidade de ganho pela Companhia.

c) Classificação dos credores - Plano de Recuperação Judicial

De acordo com a Lei de Falências e Recuperação Judicial, os credores estão divididos da seguinte maneira:

Na classe II: Os titulares de créditos com garantia real (hipoteca e penhor) até o limite do valor do bem gravado como garantia; e

Na classe III: Os titulares de créditos quirografários, definidos como aqueles que não possuem qualquer tipo de garantia, os titulares de crédito com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinado.

Ficam excluídos os titulares de créditos, cuja natureza seja operações de arrendamento mercantil financeiro ou operacional e operações de crédito, e operações de créditos com alienação fiduciária ou cessão fiduciária de créditos. Tais credores não são parte do grupo de credores em recuperação judicial dado que a Lei não prevê o seu enquadramento em nenhuma das classes descritas.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Debêntures

Em 04/01/2011 a Companhia assinou o Instrumento Particular de Escritura da primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante com as seguintes características: 2.500 (duas mil e quinhentas) debêntures nominativas, conversíveis em ações ordinárias, sem emissão de cautelas ou certificados, em duas séries, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária da mesma data que aprovou a emissão. Cada debênture foi subscrita ao preço unitário de R\$101,77, totalizando R\$254.431.

No ano de 2013, com o pedido de recuperação judicial da Companhia, as debêntures foram classificadas dentro do plano como credores de classe III, estando sujeitas às condições de correção e pagamento divulgadas no Plano de Recuperação Judicial.

15. Valores caucionados e a pagar - dívida com ex-acionistas

Ex-acionistas credores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Laticínios Morrinhos S.A. (i)	130.362	115.940	130.362	115.940
Santa Rita Comércio, Indústria e Representações Ltda. (ii)	-	-	9.455	9.455
Valores Caucionados a Pagar	130.362	115.940	139.816	125.395

(i) Na operação de aquisição da totalidade do capital social da Companhia pela Caravelas Empreendimentos e Participações S.A., ocorrida em 2008, foi realizada retenção de R\$45.000 no montante a pagar aos então vendedores. Esse valor retido deveria ter sido pago em seis prestações anuais de R\$7.500, a partir de 15/05/2009, remunerados pela variação do CDI. Tal retenção objetivava dar garantia ao processo de aquisição e deveria fazer frente à indenização de perdas financeiras originadas no período da administração dos vendedores que se tornassem exigíveis até a data do pagamento de cada parcela do montante retido na aquisição.

Em 03/09/2012 foi firmado novo acordo entre a Companhia e os seus antigos acionistas onde ficou estabelecido que o montante a ser pago pela Companhia seria de R\$69.000.

Em 24/09/2012 foi realizado o pagamento no montante de R\$15.400 aos antigos acionistas, sendo que, a diferença entre o valor provisionado contabilmente e o valor pago refere-se à cifra que, conforme definido em acordo, irá honrar possíveis perdas de responsabilidade dos antigos acionistas. Este valor corrigido em 31/12/2022 é de R\$ 130.307 (R\$115.940 em 31/12/2021).

(ii) Em 04/01/2011 a Companhia incorporou a totalidade das ações da Bom Gosto que, por sua vez, havia adquirido a empresa Santa Rita Comércio, Indústria e Representações Ltda. em 31/03/2008. Do valor a pagar pela referida compra, foi retido a cifra de R\$15.000 com o intuito de garantir o ressarcimento de possíveis perdas originadas no período da administração dos vendedores, e que se configurassem a partir da data da aquisição. O montante retido que se refere as últimas parcelas a pagar pela compra, teve seus valores revisados pelas obrigações levantadas no balancete na data de aquisição, resultando em um saldo remanescente de

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$9.455, que está registrado no passivo da Laticínios Bom Gosto e, conseqüentemente, também no passivo das demonstrações financeiras consolidadas levantadas em 31/12/2022 e 31/12/2021.

16. Obrigações tributárias

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamentos tributários	19.619	20.891	22.677	24.682
Impostos retidos na fonte	3.394	3.464	3.416	3.471
Imposto de Renda s/Debêntures	22.558	20.023	22.558	20.023
Total	45.571	44.378	48.651	48.176
Passivo Circulante (PC)	28.044	24.759	29.119	25.683
Passivo Não Circulante (PNC)	17.527	19.619	19.532	22.493
Total do PC e do PNC	45.571	44.378	48.651	48.176

A administração vem equacionando sua dívida tributária, através de compensação com créditos homologados, e adesão a programas de refinanciamentos de dívidas tributárias (REFIS) e outros programas de recuperação de dívidas estabelecidos pelo governo federal.

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, dos saldos contábeis da Provisão para contingências estão excluídas as dívidas tributárias onde foram efetuados acordos de parcelamento e/ou efetivamente compensadas.

17. Provisão para perdas com investimentos

(a) Composição dos saldos e movimentação dos investimentos diretos

Rubrica	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial da Provisão para Perdas com Investimentos	(896.398)	(955.886)
Ganho de Equivalência Patrimonial	97.283	59.488
Saldo Final da Provisão para Perdas com Investimentos	(799.115)	(896.398)

(b) Demonstração do cálculo da equivalência patrimonial

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	679.990	679.990
Quantidade de ações - total ordinárias	12.600.866	12.600.866
Possuídas - ordinárias	12.600.866	12.600.866
Percentual de participação		
No capital total - %	100%	100%
No capital votante - %	100%	100%
Lucro líquido do exercício	97.283	59.488
Ganho na Equivalência Patrimonial	97.283	59.488

(c) Informações financeiras resumidas da controlada direta Laticínios Bom Gosto S.A:

Balanco Patrimonial

Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Total do circulante	1	251	Total do circulante	104.605	97.052
Ativo não circulante	19.862	20.927	Passivo não circulante	714.374	820.524
			Total do PC e do PNC	818.978	917.576
			Total Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	(799.115)	(896.398)
Total do ativo	19.863	21.178	Total Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	19.863	21.178

Demonstração de Resultados das Operações	Exercício Findo Em	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) Bruto	-	-
Receitas (Despesas) não operacionais líquidas	(67.933)	28.877
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(67.933)	28.877
Resultado financeiro	(8.725)	(3.903)
Ganho de equivalência patrimonial	173.941	34.513
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	97.283	59.488
Receita (Despesa) de IRPJ e de CSLL	-	-
Lucro do exercício	97.283	59.488

18. Provisão para Contingências (Demandas Judiciais) e Depósitos Judiciais Ativos

(a) Composição dos saldos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da Contingência	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	14.458	17.015	14.458	17.015
Cível	56.909	43.075	134.102	146.181
Tributária	419.612	302.889	1.011.624	975.259
Total Provisões para Contingências	490.979	362.979	1.160.184	1.138.455
Depósitos Judiciais Ativos (*)	(11.926)	(8.020)	(21.317)	(17.294)

(*) Depósitos judiciais alocados a demandas contingentes que necessitam de garantias.

(b) Movimentação do Saldo da Provisão para Contingências e dos Depósitos Judiciais Ativos:

Movimentação das contingências	Controladora					
	Trabalh.	Cíveis	Tribut.	Total Provisão Contingências	Depósitos Judiciais	Total líquido
Saldo em 31/12/2021	17.015	43.075	302.889	362.979	(8.020)	354.959
Aumento (redução)	(2.557)	13.834	116.723	128.000	3.906	124.094
Saldo em 31/12/2022	14.458	56.909	419.612	490.979	(11.926)	479.053

Movimentação das contingências	Consolidado					
	Trabalh.	Cíveis	Tribut.	Total bruto	Depósitos Judiciais	Total líquido
Saldo em 31/12/2021	17.015	146.181	975.259	1.138.455	(17.294)	1.121.161
Aumento (redução)	(2.557)	(12.079)	36.364	21.728	4.022	25.751
Saldo em 31/12/2022	14.458	134.102	1.011.624	1.160.183	(21.317)	1.138.866

A Companhia é parte em processos trabalhistas, cíveis, tributários em andamento, cujo foro de discussão está tanto na esfera administrativa como na judicial, em alguns casos garantidos por depósitos judiciais ou garantias de seus ativos. Os valores constituídos para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimados e atualizados pela opinião de seus consultores jurídicos e validados pela administração e testados pela auditoria externa. Os valores são atualizados conforme certidões de dívida, quando for o caso, considerando o pior cenário possível de perdas consideradas prováveis. As naturezas dos processos/demandas consistem em ações trabalhistas, demandas cíveis de credores extra concursais e prestadores de serviço e processos tributários movidos pelas esferas federais, estaduais e municipais, inscritos em dívida ativa ou não. Todos eles são acompanhados e defendidos pelos nossos assessores legais e corpo jurídico interno.

(c) Contingências de perda possível e remota não contabilizadas

A Companhia e suas controladas possuem ainda ações de natureza trabalhistas, cível e

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributário, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis e remotos, não sendo, portanto, requerida provisão na data. Os montantes estimados são demonstrados a seguir:

Processos	Consolidado - 31/12/2022			
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Quantidade	29	838	199	1.066
Valor	2.942	313.066	160.605	476.613

Os processos tributários foram reavaliados e atualizados com os valores corrigidos sem nenhum desconto que podem ser obtidos nos recursos ou parcelamentos, caso venham a ser considerados prováveis.

19. Capital social e reservas

(a) Capital social

	Quant. de Ações Ordinárias	Valor
Em 1º de janeiro e 31/12/2010	631.261	317.150
Movimentação após as datas precedentes até 31/12/2022:		
Aporte de capital em dinheiro	231.959	50.000
Aporte de capital com incorporação de ações	683.866	284.825
Em 31 de dezembro de 2022	915.825	334.825
Saldo em 31/12/2022	1.547.086	651.975

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, a quantidade total de ações ordinárias autorizadas é de 1.547.086 mil ações, sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão integralizadas. A Companhia tem como seus acionistas diretos as instituições abaixo, com as seguintes participações:

Acionistas	Percentual do capital
Monticiano Participações S.A.	40,55%
BNDES Participações S.A.	30,28%
W.Z. Participações LTDA.	12,94%
SAF Investimento, Participações e Agropecuária Ltda.	6,68%
Oeste Investimento, Participações e Agropecuária Ltda.	6,68%
Marensi e Campara Ltda.	2,87%
Total	100,00%

(b) Reserva de capital:

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na emissão de ações	398.515	398.515

Do total de R\$450.000 subscritos em 04/11/2011, R\$400.000 foram destinados à conta de reserva de capital, a título de ágio na subscrição. Sobre o valor total do preço de subscrição e integralização das ações, conforme determina o Contrato de Promessa de Subscrição de Ações firmado naquela data, a Companhia pagou ao BNDESPAR o montante de R\$2.250 equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) a título de Encargo por Subscrição de Valores Mobiliários, contabilizado em conta redutora da reserva de capital. Sobre esses encargos, foram também reconhecidos contabilmente os impostos diferidos passivos de IRPJ e CSLL, pelas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

20. Receitas

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de venda de produtos e serviços	-	-	-	60
Deduções de vendas	-	-	-	-
Devoluções e descontos de vendas	-	-	-	-
Impostos sobre vendas	-	-	-	(2)
Total de deduções de vendas	-	-	-	(2)
Receita líquido	-	-	-	58

A receita consolidada em 2021 refere-se a operação remanescente com a Laticínios Nova Era Ltda, encerrada em mar/21. A Companhia não tem mais nenhuma operação continuada.

21. Custos e despesas por natureza

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	Exercício Findo Em 31/12/2022		
	Custo Prod. Vendidos	Despesas de administração	Total
Benefícios a empregados (a)	-	(859)	(859)
Prestadores de serviço	-	(962)	(962)
Despesas jurídicas	-	(6.419)	(6.419)
Despesas de consultorias	-	(564)	(564)
Aluguéis	-	(91)	(91)
Depreciação e amortização do imobilizado	-	(127)	(127)
Outras despesas	-	(392)	(392)
Total controladora	-	(9.415)	(9.415)
Complemento de despesas			
Prestadores de serviço	-	(1.584)	(1.584)
Despesas jurídicas	-	(679)	(679)
Despesas de consultorias	-	(484)	(484)
Aluguéis	-	(2)	(2)
Depreciação e amortização do imobilizado	-	(194)	(194)
Outras despesas	-	(35)	(35)
Total Complemento de Despesas	-	(2.977)	(2.977)
Total Consolidado	-	(12.392)	(12.392)

Rubrica	Exercício Findo Em 31/12/2021		
	Custo Prod. Vendidos	Despesas de administração	Total
Benefícios a empregados (a)	-	(1.980)	(1.980)
Prestadores de serviço	-	(7.254)	(7.254)
Despesas jurídicas	-	(5.148)	(5.148)
Despesas de consultorias	-	(3.072)	(3.072)
Aluguéis	-	(99)	(99)
Depreciação e amortização do imobilizado	-	(347)	(347)
Outras despesas	-	(234)	(234)
Total Controladora	-	(18.134)	(18.134)
Complemento de despesas			
Benefícios a empregados (a)	(52)	-	(52)
Despesas jurídicas	-	(2.123)	(2.123)
Despesas de consultorias	-	(375)	(375)
Depreciação e amortização do imobilizado	-	(194)	(194)
Outras despesas	(2)	(18)	(20)
Total Complemento de Despesas	(54)	(2.711)	(2.765)
Total Consolidado	(54)	(20.845)	(20.899)

LBR - LÁCTEOS BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com locações de imóveis próprios	16	43	47	43
Resultado na alienação de imobilizado	(337)	3.206	(337)	3.205
Outras receitas e despesas líquidas	(1.086)	8.360	(1.565)	9.115
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(1.407)	11.609	(1.855)	12.363

24. Resultado financeiro

Rubrica	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras:				
Receitas financeiras com juros	410	-	410	-
Descontos financeiros auferidos	-	829	-	829
Total das Receitas Financeiras	410	829	410	829
(Despesas) Financeiras:				
Juros sobre empréstimos bancários	(101)	(370)	(230)	(626)
Juros sobre endividamento	(21.129)	(10.977)	(29.977)	(15.210)
Despesas de juros sobre valores caucionados a pagar	(14.421)	(4.873)	(14.421)	(4.873)
Tarifas bancárias	(8)	(13)	(48)	(52)
Variação Cambial	5.466	(5.682)	5.466	(5.682)
Total das (Despesas) Financeiras	(30.193)	(21.915)	(39.210)	(26.443)
Total do Resultado Financeiro Líquido	(29.783)	(21.086)	(38.800)	(25.614)

25. Prejuízo por ação ordinária (Básico e Diluído)

Eles foram calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia (Controladora), pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, incluindo as eventualmente emitidas durante os exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2021.

Descrição	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores (R\$ mil)	(67.798)	51.407
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.547.086	1.547.086
Prejuízo Básico e Diluído por ação ordinária (Expresso em Reais com Centavos)	(0,0438)	0,0332

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Financeiras em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Evento subsequente

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.